

CADERNOS MATEUS DOC

05
FRONTEIRA
FRONTIER

FRONTIER FRONTIERA

Mateus
18, 19 e 20 de outubro 2013
Instituto Internacional
Casa de Mateus

CADERNOS MATEUS DOC

05 FRONTEIRA FRONTIER



Instituto Internacional Casa de Mateus
Casa de Mateus
5000-291 Vila Real
Portugal

info@iicm.pt
<http://www.iicm.pt>



es/v0512/Modernidade.pdf - acedido a 20-08-2013).

Sewerin, Olga / Smagacz, Marta (2006), "Frontiers and Identity: Approaches and Inspirations in Sociology", in Lud'a Klusáková e Steven G. Ellis (ed.), *Frontiers and Identity: exploring the research area* (Thematic Work Group), Pisa, Edizione Plus - Pisa University Press, pp. 17-25.

Simões, José Manuel, Portela, José e Cepeda, Francisco (Coords.) (1996), *A região fronteiriça de Trás-os-Montes. Diagnóstico e estratégia de desenvolvimento*, Zamora, Fundación Rei Afonso Henriques.

Torga, Miguel (1983), *Diário VII*, Coimbra, Coimbra Editora.

As Fronteiras e o Turismo

Xerardo Pereiro

Introdução

Abordo neste pequeno ensaio uma conceptualização da fronteira na sua relação com o turismo e desde uma visão disciplinar antropológica e espacialmente ibérica. Começamos com uma reflexão concetual sobre a noção de fronteira para logo ilustrar o que significa e representa a fronteira luso-espanhola ou melhor as fronteiras ou "raias", na sua diversidade, entre Portugal e Espanha. Finalmente, este breve ensaio esboça a ideia como o turismo é um elemento importante de redefinição das fronteiras em geral e da fronteira luso-espanhola e luso-galega em particular.

O conceito de fronteira

A partir dos anos 1990, a eclosão dos estudos de fronteira experimentaram uma mudança teórica e metodológica (Donan / Wilson, 2001; Houtum *et al.*, 2005; Pereiro *et al.*, 2008; Godinho *et al.*, 2009; Wastl-Walter, 2011; Popescu, 2012) motivada pelas mudanças políticas e económicas mundiais: a redefinição da União Europeia, a queda do comunismo, os atentados do 11 de setembro de 2001 e a intensificação do processo de globalização.

Do ponto de vista teórico, de uma perspectiva clássica funcionalista da geopolítica das fronteiras que apenas descrevia a linha entre o dentro e o fora (imaginado como diferente e desigual), passou-se a assumir um conjunto de modelos construtivistas e compreensivos. Esses modelos teóricos permitiram olhar a fronteira a partir da sua constante definição e redefinição enquanto instrumento de afirmação das identificações (estratégicas, ambíguas e polissémicas). Isto foi transversal a todas as ciências sociais, e as fronteiras deixaram de ser pensadas só em termos de linhas administrativas e práticas institucionais macropolíticas. Em vez disso, o foco de atenção centrou-se nos processos sociais, políticos e culturais da reconstrução das fronteiras e das diferentes visões do mundo e do outro (alteridade) que entraram em jogo nos cenários locais, regionais, nacionais, estatais e internacionais.

Paradoxalmente, e em função das diferentes escalas de observação, os estudos de fronteiras aumentaram em contextos como o europeu, nos quais se começou a definir o desaparecimento das fronteiras internas para reforço e reafirmação de outras fronteiras, as consideradas “exteriores”. Assim, a ênfase construtivista colocou um desafio metodológico importante aos estudos de fronteiras na Europa, o qual foi respondido no sentido de abordar as diferentes escalas, do local ao global, de uma forma multidimensional que integrasse as políticas, representações, discursos e práticas sociais dos agentes sociais implicados nelas.

E neste quadro dos estudos de fronteira, o conceito de fronteira apresenta-se como uma noção polissêmica e poliédrica. Enquanto criação humana, podemos afirmar que é uma das elaborações mais controversas, não só pelas suas diferentes perspetivas, mas também pelas suas implicações e os seus efeitos nas vidas das pessoas e dos grupos humanos. Num sentido antropológico alargado que problematize os sentidos e significados do conceito, a fronteira é um limite construído socialmente que marca um espaço não apenas geográfico mas também cultural, social, político e económico. Portanto, a fronteira é um tipo de limite simbólico que se materializa segundo diversas expressões. Enquanto limite político-jurídico e administrativo entre países e territórios, alguns autores sugerem que as fronteiras são as cicatrizes da história ou também de como elas são resultado de um “bordering process” (Sidaway, 2002), assumindo a sua plasticidade e a sua estratigrafia complexa.

Porém, afirmar a fronteira como um tipo de limite social e simbólico implica ir mais além da ideia de fronteira como linha físico-jurídica ou político-administrativa, e também mais além da ideia de fronteira que segmenta espaços geográficos, algo muito visível na cartografia política que representa o mapa geopolítico mundial. Este sentido político-administrativo é abordado por meio do conceito de “frontier”, mas a fronteira pode ser abordada numa visão mais alargada como “boundary” ou “border”, isto é, como limite simbólico, social e também mental que vai mais além da alfândega e as suas barreiras. Neste segundo sentido, a fronteira converte-se num modo de dar sentido ao nosso mundo e o dos outros. E enquanto investigadores, penso que não devemos

reificar a fronteira, antes pelo contrário, devemos questionar, compreender e desconstruir a ideia de fronteira para não cair em preconceitos, estereótipos, essencialismos e reificações.

O conceito de fronteira é um dos conceitos mais trabalhados pela história, a geografia e a politologia, mas também pela antropologia. Já o antropólogo Frederik Barth (1969) no seu trabalho clássico *Os grupos étnicos e as suas fronteiras*, estabeleceu a tese de que a etnicidade era mais do que um traço, um atributo, uma característica comum ou um conteúdo cultural específico, e a fronteira era uma forma de organização social das diferenças étnicas fabricadas socialmente entre grupos. A fronteira, aparece nesta perspetiva como um mecanismo de afirmação e construção social dessas diferenças. A fronteira é, assim, um tipo de limite social, uma construção ou invenção social limiar mas também ambígua. Isto é, a fronteira atua como uma barreira, mas também como uma ponte e um lugar de passagem, e é desta forma um elemento maleável e poroso sobre a qual se projetam diferentes perceções, narrações e práticas sociais.

Como afirmamos, a antropologia entende a fronteira como limite simbólico e social, como um instrumento para construir divisões sociais, classificar e segmentar grupos de pertença. Nesta visão, e enquanto limite, os seres humanos levantamos e apagamos fronteiras, umas para dividir e outras para unir, interiormente, e juntar-se com os outros. Esses limites são eminentemente sociais e culturais, e tem força e eficácia simbólica e política na definição e delimitação de grupos humanos e pessoas a adscriver a um determinado grupo. E como todo limite este costuma ser ambíguo. É esta ambiguidade que caracteriza toda fronteira, que se debate entre barreira, canal e ponte, e que como espaço poroso chega a criar identidades híbridas (García Canclini, 1997) e melhor dito mestiças, produto do intercâmbio e do empréstimo intercultural de traços apropriados.

Ao longo da história a fronteira não teve sempre o mesmo significado. De significar um limite mais alargado, a fronteira converteu-se, no século XIX, num instrumento do estado-nação burguês na afirmação das identidades nacionais. Os estados territoriais e as fronteiras internacionais são fenômenos

relativamente recentes na história, associados à ideia de soberania territorial, e a fronteira é um mecanismo de legitimação e representação do monopólio no exercício de poder sobre um território. Enquanto processo, a fronteira obedece a um constructo ideológico e material que delimita espaços, tempos e pessoas, não sem conflitos, contestações e resistências. Mas, entendida enquanto limite social e simbólico, a fronteira é algo mais do que um limite estatal que administra e controla as mobilidades. Ela simboliza e visibiliza o poder do estado nas margens criando culturas de fronteira (Amante, 2009a; 2009b; 2010) específicas e particulares. Do mesmo modo, enquanto limite simbólico, social e mental, a fronteira mostra os significados das relações entre nós e os outros e como elas são classificadas e delimitadas.

A fronteira luso-espanhola

Se nos centramos no caso europeu, a construção da União Europeia significou a aplicação da ideia de uma “Europa sem fronteiras”, que de uma forma lenta, tem-se concretizado na quebra de muitas fronteiras físicas e administrativas para a mobilidade dos cidadãos e dos capitais. Mas muitas “fronteiras simbólico-mentais” ainda perduram na cabeça das pessoas. Do mesmo modo que algumas fronteiras caem, outras levantam-se, inventam-se, reinventam-se ou reforçam-se.

Se descendemos ainda mais a nossa mirada ao das relações transfronteiriças entre Portugal e Espanha estas não são uma novidade. A fronteira luso-espanhola, longe de representar a “fronteira mais antiga de Europa” como tantas vezes é falado de uma forma mítica e ideológica sem o rigor académico necessário, é uma fronteira que se foi fazendo a custa de conflitos, encontros, desencontros e negociações que de uma forma mais clara se concretizou no *Tratado de Limites de 1864* (Godinho et al., 2009).

A fronteira luso-espanhola foi-se construindo historicamente como um artefacto ideológico dos estados centrais, face ao qual os habitantes da fronteira tentaram moldar-se e adaptar-se, estrategicamente, em função de interesses e necessidades partilhados. É aqui onde a noção de semelhança e identificação

complexa deve entrar em articulação com a de construção da diferença. Como sabemos, em 1986 inicia-se a entrada na União Europeia dos dois estados ibéricos, e a cooperação transfronteiriça tornou-se num discurso, prática e oportunidade de desenvolvimento para competir cooperando e adaptar-se melhor ao novo quadro global.

No meu ponto de vista, a nova cooperação transfronteiriça contribuiu para a transformação dos espaços de fronteira e também das miradas cruzadas entre os dois lados da raia. Do mesmo modo, a cooperação transfronteiriça criou novas cumplicidades, aproximações, distanciamentos e diversidades nas fronteiras raianas luso-espanholas. Neste sentido temos que diferenciar entre a cooperação entre diferentes atores sociais, territoriais e políticos: Galiza-Norte de Portugal; Portugal-Castilla y León; Minho-Galiza; Trás-os-Montes-Galiza; Trás-os-Montes-Castilla y León; Beira-Castilla y León, Extremadura-Alentejo, Alentejo-Andalucía, Algarve-Andalucía.

A cooperação transfronteiriça integra também outras diversidades: a fronteira litoral/interior e a raia húmida/seca, a cooperação entre administrações, governos, universidades; a cooperação entre empresas; e a cooperação entre a sociedade civil dos dois lados da fronteira. Todas elas foram favorecidas pelo novo quadro europeísta, mas não podemos esquecer a base social e cultural de cooperação tradicional (ex. contrabando) que muitas vezes é posta de lado ou é simplesmente tornada exótica e patrimonializada de uma forma folclorística e pouco sociologista e antropologista.

Neste contexto, a questão que nos temos feito há muito tempo é qual é o papel do turismo na redefinição da fronteira luso-espanhola e quais os seus efeitos sobre os espaços de fronteira e os seus visitantes.

Pensar o turismo de fronteira e o turismo transfronteiriço

O turismo pode ser pensado como um sistema de relações interétnicas (Pereiro, 2009a; Pereiro, 2009b; Pereiro / Pereira, 2010)

que tem como base a mobilidade e a experiência de atravessar fronteiras. O turismo é uma cultura de mobilidade, uma espécie de nomadismo controlado numa certa borbulha que questiona os nossos limites e o nosso lugar no mundo. Neste sentido, a relação entre turismo e fronteira pode colocar-se num jogo de espelhos no qual o turismo possibilita reconhecer o outro, ver-nos e comparar-nos com a alteridade. Portanto o turismo é uma atividade fronteiriça – liminar – neste sentido, e igualmente transfronteiriça.

No caso ibérico, entre Portugal e Espanha existe um terceiro país, que é a “raia”, esculpida pelo escultor tempo e habitada por humanos que sofreram as guerras entre estados e as mudanças, muitas vezes ameaçantes, de regimes políticos. A raia está-se a converter em património cultural (e natural), e por consequência num produto turístico-cultural. Esse processo é protagonizado por mediadores culturais que contribuem para a criação de narrativas temáticas patrimoniais como as rotas do contrabando, os museus do contrabando e da fronteira, as rotas de turismo cultural, etc.

Num momento em que o Estado e o Mercado querem acabar com as fronteiras, os agentes sociais da fronteira reinventam esta e afirmam a sua identidade diferencial com interesses de reprodução social, económica e identitária. São dignos de realce casos luso-galegos como os da Fraga dos Três Reinos e Moimenta em Vinhais, Vilardevós na Galiza, Vilarelho da Raia e Cambedo em Chaves, o Ecomuseu do Barroso, Vilar de Perdizes, o Couto Mixto e Tourém em Montalegre, Castro Leboeiro ou Vila Nova da Cerveira. Na raia seca com a Galiza os processos de patrimonialização e turistificação estão associados a uma reinvenção das ruralidades em crise. Na raia húmida estes processos de reinvenção da fronteira estão mais associados à re-construção de pequenas e médias cidades seguindo modelos urbanos nostálgicos, artísticos e ecológicos.

É em relação a esses produtos turísticos que podemos falar de um turismo de fronteira (Pereiro / Pereira, 2010; Pereiro, 2013), associado a um turismo de proximidade transnacional. A procura de um turismo de fronteira busca a mesma fronteira e os seus lados como objeto central da motivação e da experiência turística.

Sem deixar de ser um subtipo de turismo transfronteiriço, ele é de menor escala e tamanho que o transfronteiriço, mas não menos importante do ponto de vista da interculturalidade, o etnodesenvolvimento e a cooperação transnacional. Estamos face a práticas de turismo histórico, turismo cultur-natural, turismo de memórias e turismo gastronómico, e turistas que procuram não já o tipismo exótico, porém aprender do e com o outro e questionar os estereótipos redutores que deturpam o conhecimento da outro.

E a diferença desse turismo de fronteira associado aos processos de patrimonialização dela, o turismo transfronteiriço alarga e estica a fronteira até levar o turista mais além da própria fronteira político-administrativa. Ligado às novas acessibilidades e a centros de interesse turístico mais longe da própria fronteira político-administrativa, o turismo transfronteiriço visita Porto, Espinho, Braga, Guimarães, Chaves, Santiago de Compostela, Vigo ou Sanxenxo. A fronteira político-administrativa estatal passa a ser assim um lugar de passagem e não um lugar de encontro como no anterior caso. Novas são as fronteiras recriadas nestas experiências turísticas transfronteiriças, são os limites sociais, mentais e simbólicos que construímos os humanos nas relações com os outros.

Bibliografia

- Amante, M.F.** (2009a), “Cultura de fronteira: a assimetria sustentada na raia luso-espanhola”, *Atas do VIII Congresso de Cultura Europeia*, Pamplona: Editorial Aranzadi, pp. 515-524.
- Amante, M.F.** (2009b), “Cultura e cooperação. Desafios e entraves à relação Ibérica no contexto da Europa”, *Revista de População e Sociedade*, 17, pp.155-168.
- Amante, M.F.** (2010), “Local discursive strategies for the cultural construction of the border. The case of the Portuguese-Spanish border”, *Journal of Borderland Studies*, 25 (1), pp. 99-114.
- Barth, F.** (1969), *Ethnic Groups and Boundaries*, London: Allen and Unwin.
- Donnan, H. / Wilson, T.** (2001), *Borders: Frontiers of Identity, Nation and State*, Oxford: Berg.
- García Canclini, N.** (1997), *Culturas híbridas, estratégias para entrar e sair da modernidade*, São Paulo: EDUSP.

Godinho, P. / Carou H. / Pereiro, X. (ed.) (2009), *Portugal e Espanha - Discursos de centro, memórias e práticas de fronteira*, Lisboa: IELT (Instituto de Estudos de Literatura Tradicional), Edições Colibri. Pereiro, X. (2009a), "Imagens e narrativas turísticas do "outro": Portugal-Galiza", in Carou H. / Godinho, P. / Pereiro, X. (ed.), *Portugal e Espanha - Discursos de centro, memórias e práticas de fronteira*, Lisboa: IELT (Instituto de Estudos de Literatura Tradicional), Edições Colibri, pp. 173-198.

Pereiro, X. (2009b), *Turismo cultural. Uma visão antropológica*, La Laguna: Pasos, e-book em www.pasosonline.com

Pereiro, X. (2013), "Construyendo puentes II: El turismo entre Portugal y España", in Caro Carou, H. (coord.), *La construcción sociopolítica de la frontera hispano-lusa (Siglo XIX-XX)*, Madrid: Plaza y Valdés (manuscrito).

Pereiro, X. / Llana, C. / Risco, L. (ed.) (2008), *As fronteiras e as identidades raianas entre Portugal e Espanha*, Vila Real: UTAD.

Pereiro, X. / Pereira V. (2010), "Turismo nas fronteiras e as fronteiras do turismo", *Arraianos*, nº VIII, pp. 54-57.

Pereiro, X. / Silva, P. (2000), "A re-elaboração da História como recurso estratégico na construção das Identidades: Historiografias e Fronteiras", *Atas do VI Congresso de Antropologia de Iberoamérica*, Salamanca, 8-12 de Maio de 2000, pp. 85-96.

Popescu, G. (ed.) (2012), *Bordering and Ordering the Twenty-first Century: Understanding Borders* (Human Geography in the Twenty-First Century: Issues and Applications), New York: Rowman and Littlefield.

Sidaway, J. (2002), "Signifying Boundaries: Detours around the Portuguese-Spanish (Algarve/Alentejo-Andalucía) Borderlands", *Geopolitics*, 7 (1), pp. 139-64.

Van Houtum, H. / Kramsch, O. / Zierhofer, W. (eds.) (2005), *Bordering Space*, Hants: Ashgate.

Wastl-Walter, D. (ed.) (2011), *The Ashgate Research Companion to Border Studies*, Farnham: Ashgate.